Cód. barras: STJ00094614 (2012)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO 9
ABREVIATURAS 23

PRIMEIRA PARTE
DIREITO PENAL. DIREITO PENAL ECONÔMICO.
DIREITO PROCESSUAL PENAL E RECIPROCIDADE INTERNACIONAL

1. NOÇÕES JURÍDICAS BÁSICAS DOS CRIMES DE LAVAGEM 31
1.1 Características marcantes da Lei de lavagem 31
1.2 Raízes históricas da lavagem 32
1.3 A lavagem no contexto da criminalidade globalizada 35
1.4 Direito Penal Econômico e lavagem 41
1.5 Bens juridicamente tutelados 42
1.6 Conceito de lavagem 47
1.7 Fases da lavagem 48
1.8 Consumação do crime 52
1.9 Infração penal antecedente: pressuposto da lavagem 53
1.10 Princípio da insignificância 55
1.11 Sujeitos do delito 57
1.11.1 "Laranjas" e testa-de-ferro 58
1.11.2 Outros agentes intermediários 59
1.12 Concurso de crimes 60
1.13 Elemento subjetivo: dolo direto 61
1.14 Objeto material da conduta 64
1.15 Crimes de ação múltipla 64
1.16 Crimes formais 65
1.17 Crimes de mera conduta 66
1.18 Crimes permanentes 67
1.19 Prescrição 68

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2. TIPOS PENAIS ALTERNATIVOS 73

2.1 Tipo penal: intróito 74

2.2 Tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins 77

2.2.1 A lavagem de capitais como consequência do tráfico de drogas 79

2.3 Terrorismo e seu financiamento 83

2.3.1 Que é terrorismo? 84

2.3.2 O problema da indefinição jurídica 85

2.3.3 Terrorismo e lavagem de capitais 87

2.3.4 Financiamento ao terrorismo 90

2.3.5 Movimentações financeiras ligadas ao terrorismo e ao seu financiamento 91

2.4 Contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção 93

2.4.1 Contrabando ou tráfico 93

2.4.2 Armas e munições 94

2.4.3 Contrabando, tráfico e lavagem 95

2.5 Extorsão mediante sequestro 95

2.6 Crimes contra a Administração Pública 96

2.6.1 Crimes praticados por funcionário público 98

2.6.1.1 Peculato doloso 100

2.6.1.2 Peculato mediante erro de outrem 102

2.6.1.3 Peculato Eletrônico (Inserção de dados falsos em sistema de informações) 103

2.6.1.4 Concussão e excesso de exação 103

2.6.1.5 Corrupção passiva 103

2.6.1.6 Facilitação de contrabando ou descaminho 105

2.6.1.7 Sigilo funcional e sua violação 106

2.6.1.8 Crime funcional contra a ordem tributária 106

2.6.2 Crimes praticados por particular contra a Administração Pública 107

2.6.2.1 Usurpação de função pública 107

2.6.2.2 Tráfico de influência 107

2.6.2.3 Corrupção ativa 108

2.6.2.4 Contrabando ou descaminho 108

2.6.2.5 Sonegação de contribuição previdenciária 111

2.6.3 Crimes contra a Administração da Justiça 112

2.6.3.1 Falso testemunho ou falsa perícia 112

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.6.3.2 Exploração de prestígio 113
2.6.4 Crimes contra as finanças públicas 113
2.6.4.1 Operação de crédito 114
2.6.4.2 Ordenação de despesa não autorizada 115
2.6.4.3 Oferta pública ou colocação de títulos no mercado 115
2.6.5 Crimes contra a Administração Pública previstos na Lei de Licitações 115
2.6.5.1 Licitação: dispensa ou não exigência 116
2.6.5.2 Frustrar ou fraudar o procedimento licitatório 117
2.6.5.3 Modificação ou vantagem durante a execução do contrato 117
2.6.5.4 Fraude em prejuízo da Fazenda Pública 117
2.6.6 Crimes previstos na lei de parcelamento de solo urbano 118
2.6.7 Crimes e improbidade administrativa (prefeitos e outras autoridades) 119
2.6.8 Crimes contra a administração ambiental 120
2.7 Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional 121
2.7.1 Sistema financeiro nacional 122
2.7.2 Impressão e reprodução indevida de documento financeiro 125
2.7.3 Gestão fraudulenta ou temerária de instituição financeira 125
2.7.4 Apropriação indébita ou desvio de ativos financeiros, e induzimento a erro 127
2.7.5 Emissão ou negociação fraudulenta de títulos ou valores mobiliários 129
2.7.6 Exigência de remuneração ilegal 129
2.7.7 Títulos ou valores mobiliários: fraude à fiscalização ou ao investidor 129
2.7.8 Falsificação de demonstrativos contábeis de instituições financeiras 130
2.7.9 "Caixa 2" de instituição financeira 130
2.7.10 Desvio de bem indisponível 130
2.7.11 Instituição financeira irregular 130
2.7.12 Distribuição disfarçada de lucros e empréstimos irregulares 131
2.7.13 Financiamento mediante fraude 132
2.7.14 Câmbio: operação realizada com falsa identidade 133
2.7.15 Evasão de divisas 133
2.7.16 Manipulação do mercado 139
2.7.17 Uso indevido de informação privilegiada (*Insider trading*) 139

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.8 Crime praticado por organização criminosa 139
2.8.1 A problemática indefinição jurídica 139
2.8.2 Organização criminosa e lavagem 144
2.9 Crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira 150
2.9.1 Corrupção ativa em transação comercial internacional 151
2.9.2 Tráfico de influência em transação comercial internacional 152
2.9.3 Funcionário público estrangeiro 152
2.10 Penas 152
2.10.1 Pena privativa de liberdade 153
2.10.2 Pena pecuniária 156
2.11 Inclusão de ilícitos outrora excluídos do catálogo de delitos antecedentes. 157

3. OUTRAS FORMAS DERIVADAS DO CRIME DE LAVAGEM 159

3.1 Conversão dos produtos ilícitos em ativos lícitos 160
3.2 Receptação do produto dos crimes antecedentes 161
3.3 Importação ou exportação de bens com falsos valores 163
3.3.1 Faturas falsas de importação e exportação 164
3.4 Utilização do produto ilícito na atividade econômico-financeira 165
3.5 Participação em coletividade que pratique a lavagem 166

4. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE PENAS 169

4.1 Tentativa 169
4.2 Habitualidade e crime continuado 171
4.3 Agravamento da pena para a organização criminosa 174
4.4 Delação premiada e suas consequências na aplicação da pena 175

5. PROCESSO PENAL: REGRAS ESPECIAIS 181

5.1 Ação penal e procedimento 182
5.2 Autonomia do processo 183
5.3 Juízo competente 186
5.3.1 Varas criminais especializadas da Justiça Federal 192
5.3.2 Competência da Justiça Estadual 195
5.4 Denúncia: nexo causal entre a lavagem e a infração penal antecedente. 197
5.4.1 Indícios suficientes da existência de infração penal antecedente 201
5.4.2 Prova da existência da infração penal anterior 203

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5.5 Impossibilidade de se decretar a suspensão do processo de réu citado por edital 206
5.6 Fiança e liberdade provisória 209
5.6.1 Apelação e o direito de recorrer em liberdade 211
5.7 Medidas assecuratórias 213
5.7.1 Busca e apreensão 216
5.7.2 Busca e apreensão em escritório de advocacia 218
5.7.3 Sequestro, arresto e outras medidas 220
5.7.3.1 Bacenjud 224
5.7.3.2 Quebra de sigilo bancário 225
5.7.4 Procedimento aplicável às medidas assecuratórias 225
5.7.4.1 Prazos do inquérito e de vigência das medidas assecuratórias 226
5.8 Alienação antecipada de bens constritos 229
5.9 A questão da distribuição do ônus da prova no pedido de liberação de bens 231
5.10 Pedido de liberação de bens mediante o comparecimento do acusado 236
5.10.1 Substituição de bens constritos e nomeação de depositário fiel . 240
5.10.2 Medidas assecuratórias e a infração penal antecedente 241
5.11 Procedimento especial de alienação antecipada de bens 242
5.12 Suspensão da ordem de prisão e de medidas assecuratórias 247
5.13 Provas e prisão provisória 249
5.13.1 Acesso do defensor ao inquérito policial 251
5.13.2 Interceptação telefônica 252
5.13.3 Monitoramento de dados 257
5.13.4 Prisão provisória do lavador 259
5.14 Ministério Público e a investigação criminal 266
5.15 Nomeação de administrador 274
5.16 Direitos e deveres do administrador 276

6. EFEITOS DA CONDENAÇÃO 279

6.1 Efeitos genéricos e efeitos específicos da condenação 279
6.2 Confisco dos bens sequestrados ou apreendidos 281
6.3 Interdição do exercício de cargo ou função 283
6.4 Utilização de bens constritos pelo poder público 284

7. RECIPROCIDADE INTERNACIONAL 285

7.1 Cooperação jurídica internacional 285

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7.2 Solicitação estrangeira: condições exigidas 288
7.3 Destinação do produto sequestrado com a cooperação internacional 291
7.4 Procedimento do pedido estrangeiro 292
7.5 Gafi – Grupo de Ação Financeira 295
7.6 Gafisud e outras redes de cooperação 297
7.7 "Paraísos fiscais" 298

Segunda Parte

Mecanismos Legais de controle. obrigações civis e administrativas. Participação ativa das pessoas obrigadas

8. PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SUJEITAS AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS 305

8.1 Obrigações civis e administrativas correlatas 307
8.2 Motivação do vínculo obrigacional 308
8.3 Sistema legal antilavagem 310
8.3.1 DRCI e Enccla 311
8.4 Prerrogativas da Administração Pública 315
8.4.1 Autoridades administrativas 316
8.4.2 Atuação regrada da autoridade administrativa 317
8.5 Resolução jurídica dos conflitos das áreas civil e administrativa 318
8.6 Pessoas físicas e jurídicas submetidas ao mecanismo de controle 318
8.6.1 Bacen e os sujeitos-obrigados que negociam recursos financeiros .. 318
8.6.1.1 Breves apontamentos sobre o Bacen 319
8.6.1.2 Operações bancárias atípicas realizadas em moeda nacional em espécie 320
8.6.1.3 Operações bancárias atípicas realizadas em moeda estrangeira em espécie ou em cheques de viagem 322
8.6.1.4 Movimentação atípica de contas 323
8.6.1.5 Outros procedimentos de lavagem relacionados com a movimentação de contas 325
8.6.1.5.1 Cheques administrativos e cheques pessoais. 325
8.6.1.5.2 Ordem de pagamento 325
8.6.1.5.3 Ciberpagamentos, cibermoeda e cibercheques 326
8.6.1.5.4 Mutações de recursos ilícitos 328

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.6.1.6 Operações atípicas de investimento interno 328
8.6.1.7 Operações atípicas com cartões de pagamento 329
8.6.1.8 Operações de crédito atípicas realizadas no País 329
8.6.1.9 Movimentação atípica de recursos oriundos de contratos com o setor público 330
8.6.1.10 Operações atípicas em consórcios 330
8.6.1.11 Operações financeiras ligadas ao terrorismo 331
8.6.1.12 Atividades internacionais suspeitas 331
8.6.1.13 Operações de crédito contratadas no exterior 333
8.6.1.14 Operações de investimento externo 333
8.6.1.15 Inusitada alteração patrimonial de empregado ou representante de instituição financeira 334
8.6.2 Pessoas que operam na área cambial 335
8.6.2.1 Doleiros e "câmara de compensação paralela" 335
8.6.2.2 Contas CC5 337
8.6.3 CVM: pessoas que atuam no ramo de títulos ou valores mobiliários 338
8.6.3.1 Breves apontamentos sobre a CVM 339
8.6.3.2 Glossário da CVM 340
8.6.3.3 Recomendações da CVM aos sujeitos-obrigados 341
8.7 Composição heterogênea e extensiva do rol de sujeitos-obrigados 343
8.7.1 Bolsas de valores e assemelhadas 344
8.7.1.1 Sujeitos-obrigados subordinados ao controle da CVM 344
8.7.1.2 Bolsas de mercadorias e corretores 344
8.7.1.3 Bolsas e as operações atípicas 345
8.7.2 Susep: Seguradoras e entidades de previdência complementar .. 346
8.7.2.1 Susep e entidades subordinadas 346
8.7.2.2 Glossário da Susep 347
8.7.2.3 Regras de controle e de avaliação de riscos ditadas pela Susep 347
8.7.2.4 Operações atípicas destacadas pela Susep 348
8.7.2.5 SPC e as ocorrências especiais 351
8.7.3 Administradoras de cartões de crédito e de consórcios 352
8.7.3.1 Lavagem com cartões de crédito 352
8.7.4 Pessoas jurídicas que transferem fundos por meio eletrônico .. 353
8.7.4.1 Transferência a distância 353
8.7.4.2 Transferências eletrônicas de fundos 354
8.7.5 Empresas que atuam nas áreas de *leasing* e de *factoring* 355

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.7.5.1 *Leasing* e a lavagem 355
8.7.5.2 Empresas de *factoring* 356
8.7.5.3 *Factoring* e as operações atípicas 357
8.7.6 Sociedades distribuidoras ou que sorteiam bens e valores 358
8.7.6.1 Lotéricas e outras entidades que efetuam sorteios 358
8.7.6.2 Premiação suspeita 359
8.7.6.3 Bingos e a lavagem de dinheiro 360
8.7.6.4 Bingos e as operações atípicas 363
8.7.7 Filiais de entes estrangeiros que operam nos mercados financeiro e econômico do País 363
8.7.8 Entidades submetidas a controle de órgão regulador financeiro e securitário 363
8.7.9 Representante de ente estrangeiro que exerça atividade financeira ou econômica 364
8.7.10 Pessoas que exercem atividades no ramo imobiliário 364
8.7.10.1 Sistema antilavagem aplicável ao ramo imobiliário 364
8.7.10.2 Transação imobiliária com falsa declaração 365
8.7.11 Joalherias, antiquários e comerciantes de objetos de arte 366
8.7.11.1 Joias, pedras e metais preciosos 366
8.7.11.2 Operação suspeita com joias, pedras e metais preciosos 367
8.7.11.3 Objetos de arte e antiguidades 368
8.7.11.4 Comercialização suspeita de objetos de arte e antiguidades 368
8.7.12 Comerciantes de bens de luxo ou de grande volume de recursos 370
8.7.12.1 Bens de luxo e outros ativos 370
8.7.12.2 Postos de combustíveis 371
8.7.13 Juntas comerciais e registros públicos 371
8.7.14 Assessor, consultor, contador e auditor 372
8.7.14.1 Consultoria e assessoria jurídicas 372
8.7.14.2 Alienações de imóveis 374
8.7.14.3 Gestão de fundos e valores mobiliários 375
8.7.14.4 Abertura ou gestão de contas bancárias em geral 375
8.7.14.5 Criação, exploração ou gestão de pessoas jurídicas 376
8.7.14.5.1 Empresa *offshore* 376
8.7.14.5.2 Empresa de fachada 378
8.7.14.5.3 Empresa na prateleira 378
8.7.14.5.4 Empresa condutora 379

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.7.14.5.5 Empresas de transporte de passageiros e de cargas 379
8.7.14.5.6 Empresas que servem de blindagem patrimonial 380
8.7.14.6 Operações financeiras, societárias ou imobiliárias 380
8.7.14.7 Atividades desportivas ou artísticas profissionais 381
8.7.15 Transferências de atletas, artistas, feiras, exposições ou eventos .. 382
8.7.16 Empresas de transporte e guarda de valores 384
8.7.16.1 Transferência de numerário suspeita 384
8.7.17 Pessoas que intermedeiem o agronegócio 385
8.7.18 Filiais localizadas no exterior de matriz nacional 387

9. IDENTIFICAÇÃO DOS CLIENTES, CADASTROS E MANUTENÇÃO DE REGISTROS 389

9.1 Identificação do cliente 390
9.2 Cadastro atualizado: prazo mínimo de manutenção 391
9.3 Limite da transação para efeito de registro e cadastramento 393
9.4 Comitê de *compliance* 393
9.5 Cadastramento dos sujeitos-obrigados 397
9.6 Requisição do Coaf e preservação do sigilo das informações prestadas 397
9.7 Cadastro do Sistema Financeiro Nacional (Bacen) 399
9.7.1 Bacen e o comitê de *compliance* 401
9.7.2 Bacen e as pessoas politicamente expostas 402
9.7.3 Bacen: limites das transações 404
9.7.3.1 Registros de serviços financeiros e operações financeiras 404
9.7.3.2 Registros de depósitos em cheque 404
9.7.3.3 Registros de Cartões Pré-Pagos 405
9.7.3.4 Registros de Movimentação de valores em espécie 405
9.7.3.5 Operações sob especial atenção do Bacen 406
9.7.3.6 Condutas atípicas relacionadas com dados cadastrais de clientes 407
9.7.3.7 Manutenção de Informações e registros 408
9.7.3.8 Comunicação ao Coaf determinada pelo Bacen 408
9.7.4 Cadastro e registro das operações subordinados ao controle da CVM 409
9.7.5 Detalhamento do cadastro e dos registros determinados pela Susep 409

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

9.7.6 Normas sobre cartões de credenciamento e cartões de crédito (Coaf) ... 410
9.7.7 *Factoring*: cadastro e registros ... 410
9.7.8 Lotéricas: cadastro e registros ... 411
9.7.9 Ramo imobiliário: cadastro e registros ... 412

10. COMUNICAÇÃO COMPULSÓRIA DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS E A PROBLEMÁTICA QUESTÃO DO SIGILO ... 413

10.1 Comunicação de operação com sérios indícios de lavagem ... 414
10.2 Confidencialidade e prazo para efetuar a comunicação ... 416
10.2.1 Comunicações isentas de responsabilidade ... 418
10.2.2 Coaf: destinatário e repassador das comunicações recebidas ... 418
10.2.3 Comunicação negativa ... 419
10.3 Comunicação prévia de transferências internacionais e de saques em espécie ... 419
10.4 Intimidade, sigilo de dados e comunicação compulsória ... 419
10.5 Quebra do sigilo financeiro por ordem judicial ... 422
10.6 Reflexos da LC 105/2001 no abrandamento do sigilo financeiro ... 424
10.6.1 Troca de informações para fins cadastrais (LC 105/2001) ... 424
10.6.2 Comunicação das operações financeiras às autoridades competentes (LC 105/2001) ... 425
10.6.3 A questão do sigilo nas investigações bancárias e financeiras ... 426
10.6.4 Comunicação ao Ministério Público ... 429
10.6.5 Crime de quebra de sigilo desautorizada ... 432
10.6.6 Resguardo do sigilo profissional ... 433

11. RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA ... 437

11.1 Regime sancionador aplicável aos sujeitos-obrigados ... 438
11.1.1 Advertência ... 439
11.1.2 Multa ... 440
11.1.3 Inabilitação temporária ... 443
11.1.4 Cassação ou suspensão da autorização para operação ou funcionamento ... 444
11.2 Procedimentos e critérios para aplicação das sanções ... 444
11.2.1 Critérios estabelecidos pela Susep ... 447
11.2.2 Recurso administrativo ... 448

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

12. COAF – CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS 451

12.1 Unidade de Inteligência Financeira – UIF 452
12.2 Necessidade da criação do Coaf 453
12.3 Coaf e a articulação das medidas antilavagem 454
12.4 Coaf e Enccla 456
12.5 Coaf e os sujeitos-obrigados 457
12.6 Comunicação do Coaf às autoridades incumbidas da persecução penal 458
12.7 Composição do Coaf 459
12.8 Organização e funcionamento do Coaf 460

13. DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI DE LAVAGEM 461

13.1 Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal 462
13.2 Acesso da Polícia e do Ministério Público aos dados cadastrais 462
13.3 Migração de informações em meio informático 463
13.4 Indiciamento de servidor público e suas consequências 463
13.5 Prazo de conservação de dados fiscais dos contribuintes (Receita Federal). 464

BIBLIOGRAFIA 465

ÍNDICE REMISSIVO 475

ANEXO 499

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br